

Prosa *Poeteiro* Verso
Iba Mendes

Literatura



Rui Barbosa

A imprensa e o dever da verdade



Iba Mendes
www.poeteiro.com

Rui Barbosa

A imprensa e o dever da verdade

Publicado originalmente em 1920.

Rui Barbosa de Oliveira
(1849 – 1923)

“Projeto Livro Livre”

Livro 706



Poeteiro Editor Digital
São Paulo - 2015
www.poeteiro.com

PROJETO LIVRO LIVRE



*Oh! Bendito o que semeia
Livros... livros à mão cheia...
E manda o povo pensar!
O livro caindo n'alma
É germe — que faz a palma,
É chuva — que faz o mar.*

Castro Alves

O “Projeto Livro Livre” é uma iniciativa que propõe o compartilhamento, de forma livre e gratuita, de obras literárias já em domínio público ou que tenham a sua divulgação devidamente autorizada, especialmente o livro em seu formato Digital.

No Brasil, segundo a Lei nº 9.610, no seu artigo 41, os direitos patrimoniais do autor perduram por setenta anos contados de 1º de janeiro do ano subsequente ao de seu falecimento. O mesmo se observa em Portugal. Segundo o Código dos Direitos de Autor e dos Direitos Conexos, em seu capítulo IV e artigo 31º, o direito de autor caduca, na falta de disposição especial, 70 anos após a morte do criador intelectual, mesmo que a obra só tenha sido publicada ou divulgada postumamente.

O nosso Projeto, que tem por único e exclusivo objetivo colaborar em prol da divulgação do bom conhecimento na Internet, busca assim não violar nenhum direito autoral. Todavia, caso seja encontrado algum livro que, por alguma razão, esteja ferindo os direitos do autor, pedimos a gentileza que nos informe, a fim de que seja devidamente suprimido de nosso acervo.

Esperamos um dia, quem sabe, que as leis que regem os direitos do autor sejam repensadas e reformuladas, tornando a proteção da propriedade intelectual uma ferramenta para promover o conhecimento, em vez de um temível inibidor ao livre acesso aos bens culturais. Assim esperamos!

Até lá, daremos nossa pequena contribuição para o desenvolvimento da educação e da cultura, mediante o compartilhamento livre e gratuito de obras em domínio público, como esta, do grande jurista brasileiro Rui Barbosa: “*A imprensa e o dever da verdade*”.

É isso!

Iba Mendes
iba@ibamendes.com
www.poeteiro.com

A IMPRENSA E O DEVER DA VERDADE



Senhores,

Ninguém terá mais pena que eu dos grandes auditórios condenados por si mesmos a ouvir as minhas conferências, largas e derramadas como costumam ser. Ninguém se condoerá mais que eu dessas vastas assembleias, cuja abnegação de si próprias as oferece (coisa estranha e desnatural), tão de sua vontade e tantas vezes, ao suplício de virem escutar um orador palavreiro e tedioso, qual me pintam os meus inimigos.

Não basta a me absolver de tamanha culpa o serem esses mesmos comícios e, como os outros, este de agora, os que vêm buscar estas maçaduras, os que a elas de boa mente se entregaram.

Poderiam ser, quiçá, pecadores em via de arrependimento, que, dando neste gênero singular de macerações, quisessem aqui ciliar-se das suas dores de consciência, sujeitando espinhaço e lombo à rijeza e desmedimento destas.

Então, ainda que se dessem essas boas almas, elas mesmas, de pura vontade sua, ao tormento dos meus discursos, não era de bom cristão desapiedar-me eu tanto do próximo, que me sentisse bem no papel de instrumento destes tratos de bordoadas secas em quem não devia merecer.

Mas, senhores, considerai, antes de mais nada, que, nisto houvera mal, não poderia haver maldade; pois, com as minhas moedeiras, o primeiro moído, e de ordinário mais que todos, há de ser o seu próprio autor.

Atentai, depois, em que nada são do meu gosto estas canseiras, vossas e minhas. Não o são, nem podem ser. Antes a elas me acuam os meus perseguidores, sem razão, justiça, nem verdade; e, posto entre o cutelo e a parede, ou lhes hei de entregar a reputação e as ideias, como a bolsa a salteadores, ou vindicá-las a todo o poder que eu possa, esgotando as larguezas e franquias reconhecidas sempre, em toda a parte reconhecidas, não só na legítima defesa da vida e inteireza física, mas na da honra, na do nome, a das convicções, que mais do que aquela outra vale e presta.

Isto posto, esta minha a que por aí chamam prolixidade, bem fora estaria de merecer os desprezinhos, que nesse vocábulo me torcem o nariz. A mais copiosa

das orações não é, ainda assim difusa, quando o assunto não comporta menos dilatado tratamento. Não haverá prolixidade, em não havendo sobejidão; e o discurso não entra a cair no vício de sobejo, senão quando excede a medida à matéria do seu tema. Só principia a superabundância, onde se começa a descobrir a superfluidade.

Nestas apreciações de tamanho não se percam de vista as noções de relatividade e proporção. A Ilíada consta de vinte e quatro rapsódias, e de vinte e quatro a Odisséia. Já o grande poema de Virgílio, a Eneida, não se compõe senão de doze livros, nem mais de outros tantos de Milton ao seu Paraíso Perdido. Com Os Lusíadas ainda baixa a conta: são apenas dez cantos. Mas os da Divina Comédia montam a cem. E quem, por isto, irrogaria ao Dante a nota de perluxo? O florentino responderia com vantagem, que, onde couberam os heróis de Homero, Virgílio, Milton e Camões, não caberia o inferno, o purgatório e o paraíso, Deus, o tempo e a eternidade.

Num hectare há, decerto, muito menos prolixidade que num quilômetro quadrado. Mas evidentemente, onde se acomoda um jardim ou uma chácara, não haverá espaço, onde chegue uma aldeia, ou uma cidade. Muito mais avulta e pesa um tonel do que um litro. Mas ninguém meterá duas pipas de vinho numa garrafa.

Assim, o escritor curto em ideias e fatos será, naturalmente, um autor de histórias curtas, assim como de um sujeito de escasso miolo na chola, de uma cabeça de coco velado, não se poderá esperar senão um político “de breves análises” ou chochas tolices. Mas, onde não minguar o conteúdo, não pode ser minguado continente.

Em quatro palavras se poderá encartar uma calúnia. Mas pode ser que a demonstração da falsidade não caiba toda num discurso. Uma só proposição dará, talvez, para se verter no espírito humano um erro tremendo. Mas, uma vez lançado ao mundo, sabe Deus que de contestações, raciocínios e debates se não cansariam, porventura, ainda assim, debalde, em lhe dar combate.

LEGÍTIMA DEFESA

Quando, por exemplo, me quiseram criminar de inimizade às classes militares,

bastaram duas palavras, para articular a intrujice. Está mesmo nos interesses da mentira a brevidade em investir e saltar; pois, quanto mais encolhida, menos dará por onde a colham. Mas, justamente porque nada miudeia, nada restringe, e não distingue nada, por isso mesmo obriga ela o caluniado a varrer todo o espaço da sua vida, abrangível no vago e amplo da refalsada assacadilha.

Ora esse campo, no meu caso, era o de uma existência, por onde, vai para mais de quarenta anos, se precipitam, quase em torrente, ideias e atos, agitações e lutas, reveses e conquistas, de que a história do país guarda vestígios sensíveis. E toda essa extensão me era necessário inquirir, correr, esquadrinhar, para tirar a limpo a minha inocência, com os passos do meu caminho, com os documentos da minha ação, com os pedaços da minha vida.

Sem esses dados, palpáveis de liquidação, acabaria eu, por fim, malbarantando tempo e trabalho. Era materializando a prova, meridianizando a evidência, matematizando a certeza, que eu havia de opor, um dia, paradeiro mortal a invencionice de tão má morte, mas tão dura de morrer.

Como, porém, vingaria eu não me sair em vão desse intento, a não ser juntando a cada asserto o seu documento específico? a não ser avultando cada episódio relevante no seu meio histórico, por onde se lhe aviste a expressão, e se lhe descubra o caráter? a não ser ganhando à intriga palmo e palmo a superfície, onde ela se incrustou como sarna castelhana? a não ser carregando o discurso de copiosidades e lonjuras, a que não perdoaria um orador galante, ligeiro e cortesão do mimo de ouvintes melindrosos?

O ORADOR E SEUS AUDITÓRIOS

Pouco se me dará, pois, de que, entre certa laia de gente, se abocanhem de estopadas estes meus colóquios com o povo, quando os que deles se maçam não vêm a ser, afinal, senão os que eles amassam. Em vez de os despreçar por excesso nas dimensões, como a gêneros de refugo, nos quais com a quantidade apenas varia o custo do carroto, muito mais justo seria havê-los na estima, em que os deve cotar a honra do acolhimento, com que sempre me têm distinguido, em condições extraordinárias de apreço e aplauso, todos, os auditórios, entre os quais até agora se me deu azo de falar.

Não negaria eu, decerto, quanto vai de temeridade em me alongar tanto quanto da medida usual me tenho alongado, quando me abalanço a falar, como tantas vezes me tem acontecido, a multidões por três e quatro horas a reio. Mas não será menos certo que,

durante essas três ou quatro horas de enfiada, me têm elas sempre escutado a pé, quedo, não a se espreguiçarem, não cochilando, bocejado, ou sussurrando, mas atento, comovendo-se, exaltando-se, indignando-se comigo, sublinhando, ponteando, interrompendo, a cada período, a cada momento, às vezes frase a frase, com os sinais mais calorosos de adesão, com aplausos gerais, com apartes de solidariedade, que não raro vão até além da intenção do orador; e, ao acabar

de cada um desses meus estirões, que a incansável acrimônia dos meus desafetos pinta como chorros de palavreado, o recinto contém ainda a mesma concorrência do começo, não aumentada, porque já de princípio mais não comportava.

Ora nunca houve, em nenhum desses comícios que me têm dado a honra de afluir aos meus sermões de pregador excomungado pelos ortodoxos do poder e seus asseclas, — em nenhum deles houve jamais atrativos de espécie alguma, com que se pudessem desentediá-los ouvintes aborrecidos. Nem cantores, como na ópera. Nem intervalos, como no teatro. Nem sinfonias, como nos concertos. Nem músicas, como nas festas. Nem distrações de qualquer ordem, como nos jogos, nas corridas, nos bazares, nas quermesses. Nada mais que o orador e sua oração, espriada em horas sucessivas de audição ininterrupta.

Que enigma então seria o do persistir de tais concorrências, o da renovação e vibração desses auditórios pés-de-boi e coiros-de-anta, que, quanto mais sovados, mais agradecidos pela soadura, mais entusiasmados com o soador? que armazenam horas de sova, palmeando, em lugar de gemerem, ou dormirem, de vaiarem, ou se evadirem? que, convidados outras vezes, outras tantas volvem, recontentes, ao soadoiro, como se, insaciáveis de moidelas, ardessem, na inconcebível mania, por novos derreaços? Que mistério seria o dessa atração inexplicável, a não supormos no público das mais cultas metrópoles brasileiras um mal desconhecido, uma espécie de cretinação ainda não registrada nos quadros nosológicos do hebetismo?

Nesses concursos extraordinários, que, aqui, no Rio, em Minas, em São Paulo, me têm dado tantas vezes a sua atenção, e com o fervor de suas simpatias me têm aviventado, vimos representar-se, vezes sem conta, a nata da sociedade brasileira, a flor das suas várias classes, o escol de todas as profissões, o melhor da nossa cultura.

Todos esses elementos seletos da nossa civilização, todos esses dignos exemplares das nossas qualidades morais, toda essa contribuição da inteligência nacional, do progresso nacional, do civismo nacional, se têm juntado, entretanto, e tornado a juntar, inúmeras vezes, para ouvir e aplaudir, animar e vitoriar, nas suas reincidências, o brasileiro degenerado, o malfeitor público, o cadimo réu de incivismo, que, de relapsia em relapsia, acabou constituindo-se o criminoso-mor do Brasil. O escândalo do seu pudor a trombeta da sua desonra.

O GRANDE CRIMINOSO

Ouvistes bem, senhores? (Volvo a este assunto, porque as provocações reteimam.) Atentastes bem, senhores? Há, hoje em dia, nesta nossa terra, um

réprobo, um precito, um anátema da nação, que, de uma política, uma sociedade e um regímen cândidos como o arminho e intemeratos como a neve, põe timbre em fantasiar um regímen, uma sociedade e uma política indignas de um povo livre, de uma raça honesta, de uma sociedade civilizada. Esse maníaco da infamação de seu país sou eu. Na pureza da honra desse país só uma nódoa existe: a da minha existência.

Se, daqui a dois anos, ao celebrar do nosso centenário nacional, me houvesse Deus chamado à sua paz, o nosso torrão natal se acharia escorreito, límpida a nossa reputação como a de um recém-nascido, esplendente a nossa candidez como a de um recém-nascido, esplendente a nossa candidez como a de uma estrela desnublada; e, no bródio da emundação desagradadora, poderiam bailar a ronda dos inocentes, sobre a minha maculada memória, os moralistas do segredo, os doutores da hipocrisia e os rabinos da mentira.

SEGREDO E MENTIRA

Vede, senhores, vede se não é a clandestinidade, a hipocrisia, a mentira o que eles querem, a se lhes meteu nos cascos obrigar-me a querer. A minha culpa mais crime de leso-civismo está em clamar contra uma praga pública, de cuja existência todos sabem, todos se lastimam, todos se aterrorizam, mas na qual poucos ousam pôr a boca; porque, murmurando-a, se arrisca o temerário aos despiques de um poder irresponsável, que, moralmente, põe e dispõe da vida e da morte, dando ou tirando a honra, erigindo ou demolindo nomeadas, convertendo a santidade em corrupção e a corrupção em santidade.

A IMPRENSA

A imprensa é a vista da Nação. Por ela é que a Nação acompanha o que lhe passa ao perto e ao longe, enxerga o que lhe malfazem, devassa o que lhe ocultam e tramam, colhe o que lhe sonegam, ou roubam, percebe onde lhe alveja, ou nodoam, mede o que lhe cerceiam, ou destroem, vela pelo que lhe interessa, e se acautela do que a ameaça.

Sem vista mal se vive. Vida sem vista é vida no escuro, vida na soledade, vida no medo, morte em vida: o receio de tudo; dependência de todos; rumo à mercê do acaso; a cada passo acidentes, perigos, despenhadeiros. Tal a condição do país, onde a publicidade se avariou, e, em vez de ser os olhos, por onde se lhe exerce a visão, ou o cristal, que lha clareia, é a obscuridade, onde se perde, a ruim lente, que lhe turva, ou a droga maligna, que lha perverte, obstando-lhe a notícia da realidade, ou não lha deixando senão adulterada, invertida, enganosa.

Já lhe não era pouco ser o órgão visual da nação. Mas a imprensa, entre os povos livres, não é só o instrumento da vista, não é unicamente o aparelho do ver, a serventia de um só sentido. Participa, nesses organismos coletivos, de quase todas as funções vitais. É, sobretudo, mediante a publicidade que os povos respiram.

Todos sabem que cada um de nós tem na ação respiratória, uma das mais complexas do corpo, e uma das em que se envolvem maior número de elementos orgânicos. A respiração pulmonar combina-se com os tecidos, para constituir o sistema de ventilação, cuja essência consiste na troca incessante dos princípios necessários à vida entre o ar atmosférico e o sangue, da circulação do qual vivemos. Nos pulmões está o grande campo dessas permutas. Mas os músculos também respiram, e o centro respiratório se encontra, bem longe do aparelho pulmonar, nesse bulbo misterioso, que lhe preside à respiração, e lhe rege os movimentos.

Da mesma sorte, senhores, nos corpos morais, nas sociedades humanas, essa respiração, propriedade e necessidade absoluta de toda célula viva, representa, com a mesma principalidade, o papel de nutrição, de aviventação, de regeneração, que lhe é comum em todo o mundo orgânico, animado ou vegetativo.

Nos indivíduos, ou nos povos, o mundo espiritual também tem a sua atmosfera, donde eles absorvem o ar respirável, e para onde exalam o ar respirado. Cada um dos entes que se utilizam desse ambiente incorpóreo, desenvolve, na sua existência, graças às permutas que com esse ambiente entretém, uma circulação, uma atividade sanguínea, condição primordial de toda a sua vida, que dele depende. Não há vida possível, se esse meio, onde todos respiram, lhes não elabora o ar respirável, ou se lhes deixa viciar pelo ar respirado.

Entre as sociedade modernas, esse grande aparelho de elaboração e depuração reside na publicidade organizada, universal e perene: a imprensa. Eliminaí-a da economia desses seres morais, eliminaí-a, ou envenenai-a, e será como se obstruísseis as vias respiratórias a um vivente, o pusésseis no vazio, ou o condenásseis à inspiração de gases letais. Tais são os que uma imprensa corrupta ministra aos espíritos, que lhe respiram as exalações perniciosas.

Um país de imprensa degenerada ou degenerescente é, portanto, um país cego e um país miasmado, um país de ideias falsas e sentimentos pervertidos, um país, que, explorado na sua consciência, não poderá lutar com os vícios, que lhe exploram as instituições.

Do ótimo ao péssimo

O ótimo facilmente desanda, aqui, no péssimo. Quanto maior o bem, maior o mal, que da sua inversão procede. Nada mais útil às nações do que a imprensa na lisura da sua missão. Nada mais nefasto do que ela mesma na transposição do seu papel. Se o fiel der em ladrão, não haverá, neste mundo, ladrão tão perigoso. Porque bem poucos são os que dos seus guardas se guardam. *Quis custodiet custodes?* Sendo eles os a quem se confia a chave ou vigilância da caixa, em se lhes inclinando o ânimo à prevaricação, o remédio já chegará tarde, quando a malversação já houver levado os malversadores ao senhorio, e reduzido à sujeição os enganados.

Todo o bem que se haja dito, e se disser da imprensa, ainda será pouco, se a considerarmos livre, isenta e moralizada. Moralizada, não transige com os abusos. Isenta, não cede às seduções. Livre, não teme os potentados.

Na sua liberdade, já em 1688, via o Parlamento de Inglaterra “o único recurso pronto e certo contra os maus”. E não exagerava. Como não exagerou Sieyès, dizendo que “não há liberdade sem a da imprensa”. Como não exagerou Royer-Collard em dizer que “a imprensa, ainda, mais que necessidade política, é uma necessidade social”. Como não exagerou quem disse que a imprensa é a garantia de todas as garantias. Como não me parece ter exagerado quem escreveu que a civilização, extinto o jornalismo, nos daria a impressão de um como fim do mundo.

Mas, se não há demasia em tantas e tais homenagens (nem lhas terá ninguém rendido mais do que eu) e se o direitos dessa instituição providencial vão ao ponto de entenderem, num país de bom senso como a Grã-Bretanha, estadistas do gênio de Pitt que “a imprensa deve tocar o encargo de se corrigir a si própria”, — por isso mesmo não há, para qualquer sociedade, maior desgraça que a de uma imprensa deteriorada, servilizada, ou mercantilizada.

Tampouco haverá bem mais arriscado a depravar-se em mal do que esse bem dos bens, numa nação como a nossa, cujo governo, de relações ordinariamente extintas com os seus deveres, busca apagar as luzes e correr os reposteiros sobre as cenas da sua habitual imoralidade.

MAU GOVERNO, MÁ IMPRENSA

Todos os regimens que descaem para o absolutismo vão entrando logo a contrair amizades suspeitas entre os jornais. Bem se sabe, por exemplo, o que, a tal respeito, foi o império de Napoleão III. Mas na Alemanha, debaixo da influência bismarckiana, é que se requintou, em proporções desmedidas e com inconcebível generalidade, essa anexação da publicidade ao governo.

Vai por cerca de cinquenta anos que um historiador prussiano, dos mais notáveis de sua terra. Professor Wuttke, lente na Universidade de Leipzig, escrevia o seu célebre livro sobre a verba dos répteis (*Reptilienfond*), livro clássico no assunto.

Por ele se veio a saber que, com o nome de Repartição da Imprensa, Bismarck estabelecera, às margens do Spree, a mais vasta fábrica de opinião pública até então conhecida, e lhe derramara as filiais pelo mundo inteiro.

É um depoimento estupendo acerca desse terrível mecanismo, graças ao qual, há mais de meio século, já o gabinete de Berlim se considerava “senhor de toda a imprensa”. Foi por esse meio que se aparelhou a vitória alemã contra a Áustria, em 1866, se vingou o triunfo alemão contra a França, em 1871, e estava organizada para 1914 a inundação do mundo pela Alemanha.

Por meio desses recursos diabólicos é que, desde a falsificação da ordem do dia de Benedeck, no primeiro desse assaltos, e a do telegrama de Ems no segundo, até às monstruosas fábulas que caracterizaram o terceiro, se maleou, nas forjas da mentira, para a execução das vontades da casta militar, essa nacionalidade enganada e alucinada, que desperta agora aturdida entre as decepções da mais inesperada realidade.

A surpresa desse acordar entre ruínas tais, desse cair de tão vertiginosa altura em tão incomensurável abismo, lampeja com uma claridade sinistra sobre o regímen, que ora se vai introduzindo no Brasil, de apagamento da consciência das nações pela imersão habitual do seu espírito e costumes na cultura da mentira.

MAUS EXEMPLOS

Ora, assim nas autocracias, como nas oligarquias, o poder corre ao encontro dos maus exemplos, como a limalha ao do ímã.

No Brasil, a Monarquia não padeceu, sensivelmente, desse vício. Mas a República, adernando logo ao começo da sua inauguração constitucional, como nau que mete água dentro ao sair do porto, simpatizou com esses modelos, e foi já, desde os seus mais verdes anos, prematurando, com a corrupção da sua primeira idade, a obra do tempo.

IRRESPONSABILIDADE

Só onde os povos se costumaram a tomar contas aos seus administradores, e estes a dar-lhas, é que os homens públicos apreciam as vantagens dos regimens de responsabilidade.

Nestes aleijões constitucionais da América Latina, como o Brasil, nestes míseros tolhiços de repúblicas, que tais qual o pau torto de nascença, tarde, mal ou nunca se endireitam, o ideal dos governos está na irresponsabilidade.

Essa intransigência em que o nosso mundo político se abrasa pelo sistema presidencial, negando pão e água a qualquer traço de ensaio das formas parlamentares, não se origina, realmente, de nenhum dos motivos assoalhados, não tem nascença em considerações de ordem superior, não vem de que os nossos políticos bebam os ares pela verdadeira prática republicana. Não, senhores. Pelo contrário, o de que se anda em cata, é só da irresponsabilidade na política e na administração.

Na irresponsabilidade vai dar, naturalmente, o presidencialismo. O presidencialismo, senão em teoria, com certeza praticamente, vem a ser, de ordinário, um sistema de governo irresponsável.

São os sólidos costumes políticos dos Estados Unidos e o vigor daquela extraordinária democracia o que ali escoima o presidencialismo desse caráter, para volta ao qual, aliás, de contínuo lhe está fazendo força a índole do régimen.

IMPrensa E PRESIDENCIALISMO

A expressão dominante desses costumes é a imprensa, que, nos governos dessa fórmula constitucional, substitui, como órgão da opinião pública, o mecanismo da responsabilidade ministerial nos países parlamentares.

Era mister, pois, inutilizar a imprensa, tirando-lhe a virilidade, emasculando-a n'alma, jarretá-la de pés e mãos, para não atacar, nem resistir, avezá-la a pôr loja de algibebe e casa de encobrideira, onde os governos sobrevestissem os rebuços de suas mascaradas, e encantoar, com as presas dos seus crimes, a verdade dos seus atos.

O PIOR MESSALINISMO

Converter o nosso jornalismo, todo, em feira de chatins, certo que o não poderiam. A melhor e, com probabilidade, a maior parte dele escaparia do vergonhoso industrialismo.

O cálculo, porém, está em que, encravados alguns focos de pestilência no meio do povoado, todo ele, de grau a grau, se vaiapestando.

Mas o fino da esperteza consistiria, principalmente, em que, contestando a imprensa com a imprensa, fronteando com a imprensa veraz a imprensa professa na mentira, açulando contra a imprensa incorrupta uma imprensa de todas as corrupções, lograria este sistema desatinar a opinião pública, deixá-la muitas vezes indecisa entre o rasto da verdade e o da mentira, ou, muitas outras, induzi-la a tomar a pista falsa pela verdadeira.

Nestas suas traças não errou o tino dos políticos brasileiros. Muitas almas se abroquelaram à sua inteireza, e não caíram. O jornalismo não perdeu todos os presídios da sua honra. Mas ainda aqui se viu que é sempre sem número o número dos tratantes, que a ralé dos traficantes não tem conta. Ao derredor do poder formigueja a multidão venal, e os governos, se algum embaraço topam, é em dar vazão ao número de mascates da palavra escrita.

Por mais que o público os conheça, estes vacilam, aqueles desnorteiam, aqueloutros já suspeitam, ou chegam a crer, e, quando não pegam as bichas no país, vão pegar no estrangeiro, onde as agências amesendadas ao banquete do orçamento roboram com a venalidade telegráfica a venalidade jornalística, irmanadas e amatalotadas na obra torpe de embair a nação e o mundo.

Toda essa triste súcia, podre dos quatro costados, não distingue entre Deus e o demo. Mas tem a religião do embornal, guarda a fé na manjedoura, ou no cocho, e adora o milho. O milho é o ídolo dos afocinhadores da mentira.

Outrora se amilhavam asnos, porcos e galinhas. Hoje em dia há galinheiros, pocilgas e estrebarias oficiais, onde se amilham escritores.

Mas, de cúmulo em cúmulo, a mais ainda, é que, no próprio seio do jornalismo, se lança de uns a outros o labéu de “amilhado”, e, entre os seus membros, nas reconvenções e retaliações e recriminações ordinárias, se conjuga em todos os tempos, modos, números, ou pessoas, o verbo amilhar.

Eis o que eu digo, o que eu disse, o que eu tenho dito, o que eu direi; e, se todos o não disserem comigo alto e bom som, passo e baixo todos o dizem, nem haverá quem o não diga.

Assim, pois, de boca em boca, e de ouvido em ouvido, e de conversa em conversa e de sussurro em sussurro, neste dizer de toda a gente murmura, cresce, engrossa, por aí fora, a voz geral, o escândalo geral, a crença geral de uma prostituição de consciências mais contagiosa que a das mulheres de mau viver, de um messalinismo pior que os dos lupanares, custeado a expensas do Tesouro Nacional ou dos tesouros dos Estados, para burlar a Nação, endeusando os seus emporcalhadores, e atassalhando com ultrajes inauditos os seus homens de honra.

RASCAS NA ASSADURA

Não será esta a verdade? Se o não é, levante-se dentre vós, senhores, um homem de franqueza e mo conteste. Não se levantará, decerto, ninguém. Lá fora mesmo, quando soa alguma voz a gaguejar doutorices e gravidades, a pleitear indulgências e biocos, todo o mundo está sentindo, nessas sabichonarias de protocolo, nesses desmentidos mal engrolados, a fartum das secretarias, o bafio dos arranjos encapados, as advocacias em causa própria, as rascas na assadura dos abusos, denunciados.

CONFESSOS

Porque, senhores, a verdade tristíssima dessa nossa desmoralização já se tornou histórica. Nem se contesta mais senão para os basbaques da galeria.

Não é só a prova circunstancial o que a põe de manifesto. Não é só a prova sobejamente clara na evidência dos fatos. É, ainda, mais visível e materializada no rosto dos autos; pois até provas de confissão aqui temos. *Reum confitentem habemus.*

Aí por começos deste século ou fins do outro, quando redigia A Imprensa, argui o governo federal de subornar jornalistas; luxo, que, segundo testemunhos, cuja fé me não podia deixar em dúvida, já nos andava custando alguns milhares de contos.

A publicidade presidencial negou rasamente a increpação, tachando, com aspereza, de calúnia redonda a minha denúncia. Não se desembolsara. Não se desembolsara coisa nenhuma com os honrados periodistas daquele tempo, que ainda não vai longe, apesar de se falar em séculos no cômputo da sua extensão. Ilibados eram todos. A taça do entusiasmo, que cada manhã se lhes enchia e transbordava era, desde o fundo até às verteduras, limpa de interesse. Não havia laivo metálico entre as bolhas do champanha espumante nas homenagens ao governo.

Pois bem, senhores. Anos depois escreve o presidente de então as memórias da sua passagem pelo Catete. Estava, ao parecer, o ilustre político em maré de sinceridade e candidez. Deu-lhe para falar com o coração nas mãos. Pressentia — quem sabe? — pressentia, talvez acercar-se-lhe o dia da conta, que a todos nós há de chegar, e fazia como os religiosos de certos mosteiros de outro tempo, que antes de se acostarem à cama, se metiam no espulгатório, para sacudir o fato, e não levarem aos colchões os incômodos insetos.

O honrado brasileiro quis espulgar-se para a eternidade, desinçando a consciência, em ato público, do pulguedo, que o mordera na consciência, o esmordaçava na reputação, e ainda o estaria mordicando nos escrúpulos.

Quis, e fez. Pôs a boca no mundo e confessou, a medo, nas confidências do testamento, o que, durante a vertigem da sua possança, mandara desmentir com indignação e desabrimento. Gastara, sim, gastara com a imprensa, mas não tanto quanto os malevolentes haviam propalado.

Aqui estão as suas próprias palavras. “Qualificando de criminosa a minha conduta”, dizia ele, “e pretendendo dar uma agravante ao crime, os adversários do meu governo fizeram constar que as despesas com a imprensa montaram a uma soma avultadíssima, que calcularam em seis a oito mil contos...”

O meu cálculo, senhores, não subia a tantos milheiros. Mas continuemos a escutar a voz de além-túmulo: “No Banco do Brasil”, prosseguia o depoente, “encontra-se a conta corrente do movimento do Tesouro, onde eram escrituradas estas despesas que não excedem a mil contos de réis”.

Aí está senhores. Que mais eloquente documento histórico se poderia imaginar, ou exigir do que este? Nele tendes confessada, por um ex-presidente da mais ortodoxa honestidade, a compra de jornais pelo governo, ou o derrame, pelo governo, de liberalidades pecuniárias entre os jornais.

A linguagem não lhe desliza de serena, senão para estranhar aos seus adversários a injustiça de o tomarem por alvo de censuras, “pretendendo” ver nesse uso administrativo “uma agravante do crime”, para dissimular o qual o presidente da República untava com essas gotas de óleo bento as castas unhas de sua publicidade.

CONSCIÊNCIAS OBLITERADAS

O culpado não dava fé, nem de longe, de que pudessem ressentir de impuridade, ou, sequer, de indelicadeza, os estilos de aliciar apologias da

administração, à custa, à revelia e às encobertas dos contribuintes. Não percebia que o governo enganava os contribuintes, a quem deve lisura e verdade nas contas, quando lhes inculcava de sincera uma publicidade venal, de expressão do sentimento público a do interesse de escritores vendidos.

Não, senhores, não o percebia; e é para esse estado singular de consciência que chamo a vossa atenção.

Tal estado d'alma não se pode conceber em homens daquela posição e cultura, a não ser como efeito da saturação geral da sociedade nos vícios a respeito dos quais se caiu numa insensibilidade tamanha, que já se faz gala do sambenito, e não só se julga necessário articular escusas, mas até se leva a censura a crime de ousadia, se não de maldade, ou perversão moral.

Se já não estivesse habituado o país a considerar esse mercenarismo como trivial na política brasileira, seria admissível que um presidente de República, tido e havido geralmente por honrado, confessasse haver gasto mil contos do erário nacional na peita de jornalistas, sem murmurar uma desculpa, ou recorrer a uma atenuante, antes levando a mal que alguém descobrisse nessa liberdade com os dinheiros públicos uma circunstância agravativa dos atos, cuja inocência não se pudesse mostrar por outros meios?

O CÓDIGO PENAL

Mas as despesas referidas com tão rematada simpleza e segurança de ânimo num documento de tão alta solenidade estão positivamente capituladas como criminosas na legislação brasileira, onde o Código Penal, no art. 221, qualifica de peculato o “subtrair, consumir ou extraviar dinheiros da Fazenda Pública”, entregues “à guarda ou administração” de quem os extravia, consome ou subtrai, e a lei de responsabilidade do presidente da República averba, em delinquência contra a guarda constitucional dos dinheiros públicos, os atos presidenciais, que “dissiparem os bens da União, ordenando despesas não autorizadas por lei”.

Pouco faz ao caso que, em lugar de seis ou oito mil, apenas mil fossem os contos de réis malbaratados. Interessaria, sim, ao caso quanto ao prejuízo, que seria menos avultado. Mas semelhante consideração, meramente financeira, não entende nem com a esfera moral, nem com a criminal. É, pois, de segunda ordem.

O essencial está no que respeita à criminalidade; e, aí, a quantia monetária não entra em linha de conta. Nos delitos contra a propriedade, particular, ou pública, não se engravece ou aligeira o caráter do crime com o ser de maior ou

menor grandeza a importância do causado, ou de soma subtraída. A malversação não avulta, nem minguia, com a maior ou menor monta dos bens malversados.

Destarte se pronuncia a lei escrita; e não me consta que reze de outro modo algum sistema de moral, salvo o contemplado na ironia do provérbio, e segundo o qual quem furta é ladrão, quem muito furta, barão.

AINDA A CONFISSÃO

Mas, senhores, não será bom que se cerceie a tão instrutivo depoimento a sua parte complementar, que o torna ainda mais elucidativo. O ex-presidente, cuja testificação, pouco há, ouvimos, lhe apensa esta curiosa nota:

Tenho em meu poder uma nota rubricada por um dos ex-diretores do Banco da República, detalhando as despesas mensais com o serviço da imprensa, que acusa um total de Rs. 894:996s080 — até 16 de dezembro de 1901. Ora, em 1902, essas despesas foram consideravelmente reduzidas, e a simples leitura dos jornais, sobretudo a escandalosa reviravolta que se operou, na atitude de alguns deles com relação ao Governo, deixam ver com a maior evidência que as subvenções tinham quase cessado. É, portanto, bem calculada a totalidade geral, em cerca de 1.000:000\$000.

Deixemos de parte o cômputo dos mil contos, notando somente que o interessado não precisa, não determina; calcula, avalia, conjectura. Nos três anos até dezembro de 1901 orçaram as generosidades com o jornalismo em 894 contos, a saber, cerca de trezentos por ano. Mas em 1902 esses desembolsos não passariam de coisa, aí assim, de uns cem contos, porque, nesse período, nos diz ele, “essas despesas foram consideravelmente reduzidas”.

Mas a prova, a prova dessa redução?

O JUÍZO DOS CORRUPTORES

Só uma nos dá o presidente acusado. Essa, porém, se lhe afigura escusar qualquer outra, e vem a ser meramente, a que outra vez ides ouvir:

Em 1902 essas despesas foram consideravelmente reduzidas; e a simples leitura dos jornais, sobretudo a escandalosa reviravolta que se operou na atitude de alguns deles com relação ao Governo, deixam ver com a maior evidência que as subvenções tinham quase cessado.

Eis aí, senhores, Quereis saber se “as subvenções” aos jornais (ouvi bem: as subvenções aos jornais), quereis saber se as subvenções aos jornais, cessaram, ou persistem, se enchem, ou vazam? Pois “a simples leitura dos jornais” vo-lo “deixará ver com a maior evidência na atitude deles para com o governo”.

Benigna atitude? É que os jornais estão subvencionados. Atitude hostil? É que já não estão subvencionados os jornais. Melhora a linguagem das gazetas? Sinal claro de que as subvenções engrossam. Piora? Sinal certo de que se adelçam. De sorte que, gizada segundo os traços deste debuxo de quem “sabe d’arte”, porque a praticou, e conhece o tipo, com que travara familiaridade, seria a imprensa um como realejo, cuja manivela está nas subvenções.

Quem o terá dito? Eu? Não.

Quem o diz, o repete, o acentua, o sanciona, o inocenta, e o assoalha como coisa corrente e apenas criticada entre maldizentes, é um antigo presidente da República brasileira, que, criminado por indiscretos de corromper jornalistas, se descarta a si mesmo da tacha de corruptor, dardejando contra o jornalismo a de habitualidade na corrupção.

MAIS FATOS

Já com este elemento histórico não ficaria pouco adiantada a minha demonstração da venalidade propinada pelos nossos governos à imprensa. Mas, depois, vimos passar outra administração de quem a imprensa mesma contou de largueara, para os alfinetes, um mimosito de seus oitocentos contos a certo jornal bem conhecido.

Mas tarde veio à luz dos prelos outro caso o, de menos grossura na quantia, mas, pelas circunstâncias, talvez de caracterização ainda mais escandalosa. Era de um telefonema do presidente da República ao diretor do Banco do Brasil, para meter no bolso de certa redação em apertos financeiros a soma de duzentos contos de réis. O recado telefônico se cumpriu à risca, e o feliz periodista entrou no gozo de mais essa munificência, como quem tem a dentadura vezeira no traquejo da marmelada.

Correndo essa mesma administração, tive ensejo eu próprio de combater no Senado, mostrando, com a exibição fotográfica dos mais autênticos documentos, as larguezas de um dos seus ministérios, no hábito de lubrificar Marinonis com o azeite do Tesouro. A papelada e seus comentários ficaram nos anais do Congresso Nacional, onde o historiador os encontrará bem à mão, quando quiserem desenrourar a nossa hipocrisia republicana, e lhe estudarem as úlceras a olho.

Ainda agora mesmo um dos nossos mais antigos e bem medrados periódicos, argüido nominalmente de useiro nesses negócios, vassoitou a sua frente, asseverando que o governo passado “subornou jornalistas”, e que, sob essa administração, “os dinheiros públicos, para corrupção da imprensa, foram todos conscienciosamente aplicados com a compra do apoio dos jornais sérios”, excluindo ele, naturalmente por ser o mais sério de todos.

O CASO DAS ÚLTIMAS EMISSÕES

Os amigos dessa presidência acudiram, recentemente, em seu socorro, a propósito do emprego da emissão de 150 mil contos, consignados às despesas militares, que se dizia estramalhada, em grande parte, com o aliciamento de folhas públicas. A defesa do ex-ministro da Fazenda, tecida, em geral, com habilidade, pareceu a muitos concludente quanto a mostrar que do Tesouro nada saiu senão a título de gastos com a defesa nacional.

Mas também a seiva que sobe da terra, pelas raízes, caule ou tronco acima, leva, toda ela, ao partir, o destino de alimentar a planta; e, todavia, muito daquele suco lhe vão desviando pouco e pouco, de caminho, os ladroeiros, com os quais se deixa ficar à sorrelfa boa parte do viço, insensivelmente subtraído à sua missão nutricional.

Os processos financeiros do suborno administrativo não são diversos. No Tesouro as saídas são sempre bem escrituradas. Na matriz os rótulos de cada gasto condizem, de ordinário, com as averbações do orçamento. Até os ministérios, geralmente, a distribuição

vai regularmente encaminhada. Ali, porém, começam as verbas secretas, as despesas escusas, os transvios sub-reptícios, as manobras fraudulentas, o trabalho indevassável de simulação e dissimulação, por onde se some tudo o que as más administrações têm motivos para sonegar ao país.

DEPOIMENTO CAPITAL

Vamos, porém, ao ponto. No lustroso arrazoado parlamentar, em que se trocou, e pelo qual se julgou bem substituído o inquérito reclamado, há uma passagem notável pela claridade que verte sobre a questão capital da mercantilidade jornalística, alimentada pelos manejos oficiais.

O ilustre orador, encarecendo as glórias do governo Venceslau Brás, aduz, entre os elementos históricos reunidos para a sua canonização, um episódio

realmente milagroso no seu contraste com o teor ordinário da nossa moral republicana.

O rasgo, ali celebrado, foi o que se vai ver. Ei-lo:

S.Ex.^a justamente apavorado diante das despesas públicas, crescentes no Distrito Federal, deliberou a reforma do sistema tributário, aliás, na minha opinião muito acertadamente procurando alterar os impostos antigos e criar novos para acudir aos déficits avultados desse tempo. Como era natural, o Sr. prefeito encontrou a maior oposição por parte da imprensa, e ele, e, em conversa com o ex-presidente da República, considerou que era um dos casos em que justamente a subvenção se podia aplicar, lembrando que Campos Sales, homem de alta moralidade, para conseguir as importantes reformas financeiras levadas a efeito por Joaquim Murinho, e que representaram, no assunto, o mais notável serviço que já se prestou ao Brasil, Campos Sales se viu na contingência de moderar, atenuar por meio de subvenção a atitude da imprensa, que procurava levar a opinião às classes populares até o protesto à mão armada.

O prefeito do Distrito Federal considerava que era caso em que se legitimava a subvenção à imprensa, e o Sr. Venceslau Brás divergiu do prefeito Sodré.

Ninguém regateará, depois disto, ao nobre ex-presidente da República, direito de ingresso ao *Flos Sanctorum* ou às Vidas de Plutarco. Tão raros já vão sendo entre nós estes clarões da honestidade outrora ordinária, e ainda não obsoleta nos primeiros anos deste regímen.

O que, porém, não caberia nem nas páginas dos Varões Ilustres, nem nas do Hagiológico, é a linguagem, onde, exaltando-se, com plausibilidade, até à mansão dos heróis, um chefe da nação, por não venalizar a imprensa, par a par com esse hino a tais virtudes se dá foro de inocência aos governos que a venalizaram, ou venalizarem.

SUBVENÇÃO OU SUBORNO?

Nessa linguagem, com efeito, se adoça com o nome de “subvenção”, com a indulgência deste honesto eufemismo, a dilapidação e o peculato cometidos, com rosto sereno e mãos largas, pelos governos que assalariam jornais, quando (toda a gente o sabe) por tal nome, pelo nome de subvenção, familiar no uso jurídico, administrativo e político, nunca se designou senão o auxílio legal, outorgado legalmente a quem por lei se pode outorgar.

Nessa linguagem se honestiza como exemplo digno de “um homem de alta moralidade” o do chefe de uma democracia constitucional, que pôs a seu soldo jornalistas, pretendendo-se que, se ele perpetrar abuso tal, foi porque “se viu na contingência de moderar e atenuar, por meio de subvenção, a atitude da imprensa”.

Nessa linguagem se admite a hipocrisia de eventualidades, em que o governo possa entrar, de bolsa aberta, pelas redações de jornais, como a libertinagem pelas casas de tolerância. Quando, evidentemente, em todo e qualquer caso, esses negócios abjetos são atos de lenocínio, dos quais ambas as partes saem contaminadas. Quando o que fazem os administradores públicos, tomando escritores de aluguel, para darem por suas as convicções, que lhes dita o suborno custeado pelos subornadores com dinheiro alheio, é mascararem de honradez o proxenetismo, e de verdade a mentira. Quando, em suma, com a torpeza desses costumes, os agentes do poder iludem a nação, de que são mandatários, dilapidam o patrimônio coletivo, de que são guardas, e lhe infestam a política de uma casta de parasitas (a mais maligna dos conhecidos no mundo moral) tão vis quanto virulentos e insaciáveis.

COMO A POLÍTICA JULGA A IMPRENSA

Mas naquele discorrer, de um homem aliás considerável pelo talento, pela cultura, pela situação, pela estima dos seus pares, o que sobressai, não é só a imagem, espelhada nas suas palavras, das avarias, com que a corrupção do regímen tem deteriorado o senso moral dos nossos estadistas, senão também o juízo, que eles, em público e raso, articulam acerca da nossa publicidade, retratando-a com os hábitos de mercadora das próprias opiniões, às quais se dá o rumo, se “modera ou atenua” o registro a peso de ouro.

Eis, senhores, como a política, pelas suas figuras mais gradas, julga a imprensa.

Mas a imprensa, de que tais fealdades ajuíza a política, não se sentiu da pintura, não a tachou de injusta. Nem lhe atirou ao autor as pedras, com que, por menos, me tem obsequiado.

Ruminemos, pois, o caso, tal qual o conta o ex-ministro da Fazenda.

Queriam elevar em grande escala os impostos municipais. Mas o sentimento público se agastava, mais teso que de costume, contra a medida, e certos jornais, ainda não apalpadados com os carinhos da prodigalidade administrativa, afinavam na mesma solfa com o azedo murmurar da comunidade irritada.

Que fazer? Buscar entre os contribuintes, pela convicção esclarecida e mudada com um exame sério e um debate largo do assunto, o consentimento nos sacrifícios, de que se necessitava? Isso não, que demandava tempo, diligência e sinceridade.

Havia outro caminho, curto e suave: esportular o jornalismo acomodatório. Destarte se passaria por cima da opinião pública, açamando-lhe com doirados os advogados naturais, e por opinião pública se embutiria o tintinar e retinir das propinas, sacolejadas no bolso dos maus jornalistas, pagos e repletos.

Felizmente, segundo o testemunho do seu ilustre ex-ministro, o presidente da República repugnou à sugestão, acatando, assim os direitos da nação a uma publicidade sincera, a um sistema de imprensa, que não furete os governos aos deveres da sua responsabilidade.

ENTÃO POR QUE FUGIR DO INQUÉRITO?

Mas, se assim é, quem depois veio a divergir daquele presidente, foram os seus amigos, ao suporem que o discurso do ex-ministro da Fazenda preenchia as condições do inquérito requerido, e ao embaraçarem essa averiguação, de que os amigos leais desse ex-chefe da nação e ele mesmo deviam ser os propugnadores mais convencidos.

O inquérito, e só o inquérito, é que viria clarear as obscuridades existentes, e remover as dúvidas suscitadas, a benefício mesmo da presidência arguida, se ela não receava a severidade e largueza de uma ventilação cabal do assunto.

Mas a todos os interesses, ainda os do próprio governo acusado, se sobrepõe o de que se não quebre a tradição de irresponsabilidade, em cuja observância todos os nossos governos possíveis se consideram solidários, atenta a expectativa de a virem, ulteriormente, desfrutar, da mesma sorte que os seus antecessores a desfrutaram.

Como quer, porém, que se ultimasse aquele incidente, dele, senhores, bem vedes quanto se colhe de esclarecimento, no que respeita à tacha moral de certa classe de jornalistas e à não menos relaxada moralidade oficial nas relações do nosso governo com ela.

OS ROMBOS DA CAIXA

Dessas relações, todavia, quando se aventa algumas coisa, quer pelos jornais, quer no Parlamento, é fitando-se os olhos somente no emprego direto e

descoberto das consignações orçamentárias, como se não fosse da natureza desse comércio pudendo e inconfessável o girar subterraneamente, o trilhar sempre vias solapadas, o fugir à luz do dia como as aves e sevandijas noturnas. Não seria com os oitenta contos da mensalidade subministrada pela polícia ao gabinete presidencial que se custeasse a mercantilagem da imprensa negociada. Para transações de tão volumoso tomo seria ridícula essa quantia.

Os grandes canais desse tráfico eram outros. Já eu disse. Mas não será ocioso repeti-lo.

Era, primeiramente (*à tout seigneur tout honneur*), o Ministério das Relações Exteriores, a maior barraca da feira, a comprar e vender, não só aqui, mas no estrangeiro, e a que o privilégio de sacar sobre a nossa delegacia em Londres ensanchava, nas suas operações, facilidades invejáveis.

Era o ínvio e insondável Lloyd, com os meandros, escaninhos, solapas e encobertas do labirinto da sua administração, agora, ainda bem, sujeita a um começo de saneamento, que, desde o honrado Sr. Barbosa Lima, não vai saindo sem espinhos aos seus iniciadores.

Era o abismo das verbas secretas, em cuja aplicação já se não quer reconhecer ao Parlamento o direito de meter o nariz, nem mesmo quando o mau cheiro de imoralidades notórias tresande ao longe, e da política nacional passe a infestar a internacional.

Eram os empregos inúteis e ociosos, as sinecuras de todas as espécies, os farnientes de todas as marcas, as folhas de encostados, os gabinetes dos ministros, as invenções de consulados, as ajudas de custo, as comissões de passeio com vencimentos em ouro no estrangeiro, as concessões, contratos, empreitadas, tarefas, licenças, acumulações, isenções e mercês de toda a ordem, entre as quais há isca e anzol para todos os gostos e categorias de corruptabilidade.

Numa palavra, eram as mil tetas, os ubres, maiores ou menores, ressumantes de grosso leite em eterna apojadura, desse animal multimâmio, a que ora se chama nação, ora administração, ora fazenda, orçamento, ou erário, e de cujos peitos se dependuram, aos milhares, as crias vorazes na mamadura, mamões e mamadores, para cuja gana insaciável não há desmame.

POR QUE É QUE ALGUNS CALAM?

Prestem silêncio embora os grandes da imprensa ante esse espetáculo, cuja vergonha enche a nossa vida contemporânea. O silêncio dos grandes muitas

vezes não significa outra coisa que a sua condescendência com os atentados. Quando o professor Wuttke escreveu o seu célebre livro sobre o Reptilienfond, entre os crimes de que mais fazia cargo ao governo germânico, sobrelevava o de certos príncipes da imprensa, que, não só “guardavam silêncio” acerca dos maiores abusos do poder, mas ainda “reviravam todo o seu furor contra os liberais empenhados em clamar justiça e liberdade”².

QUAIS OS AMIGOS DA IMPRENSA

Nem o exímio publicista alemão, arcando contra essas pústulas do bismarckismo na sua obra de prussianizar os Estados alemães, cuidou jamais que desservisse o jornalismo, quando lhe levava a lanceta aos tecidos em gangrena. “Com o revelar de todos esses abusos, que eu tenho trazido à luz, e sondado tão a fundo mediante estas pesquisas, o que sempre tomei a peito, é dar ressaltos aos direitos da imprensa e à importância dos jornalistas”³.

Da mesma convicção estou eu possuído, quando insisto em reagir contra a lepra, com que a política dos nossos dias está grassando o jornalismo brasileiro. Tenho certeza, adquirida na experiência do mundo inteiro, que este mal de mofo e bafio, criado à sombra e no charco, não se cura senão a poder de ar livre e luz solar. É obra da mentira; e a mentira não se medica homeopaticamente, com os seus semelhantes. O remédio da mentira está na verdade. A República, entre nós, se consagrou ao culto da mentira. Só nos salvaremos, opondo a essa idolatria a religião da verdade.

VERITAS CARISSIMA

Três âncoras deixou Deus ao homem: o amor da pátria, o amor da liberdade, o amor da verdade.

Cara nos é a pátria, a liberdade mais cara; mas a verdade mais cara que tudo. *Patria cara, carior-Libertas, Veritas carissima*. Damos a vida pela pátria. Deixamos a pátria pela liberdade. Mas pátria e liberdade renunciamos pela verdade. Porque este é o mais santo de todos os amores. Os outros são da terra e do tempo. Este vem do céu, e vai à eternidade.

A MORAL DOS POVOS LIVRES

Nenhum país salva a sua reputação com os abafos, capuzes e mantilhas da corrupção encapotada.

Durante a campanha da Criméia, em 1854, o Times, o jornal dos jornais europeus, não hesitou em romper na mais tremenda hostilidade contra a administração militar da Grã-Bretanha, sustentando que o seu serviço era “infame, infamous”, que os soldados enfermos não achavam nem camas, onde jazessem, que o exército, gasto, desmoralizado e miserando, não tinha, em Balaclava, nem onze mil homens, capazes de entrar em combate.

Russell, o famoso correspondente desse jornal britânico no teatro da guerra, perguntava, em carta, a Delane, o célebre diretor do grande órgão: “Que hei de fazer? dizer estas coisas, ou calar?” Mas o interrogado não hesitou na resposta. As instruções, em que lha deu, recomendaram-lhe, com energia, “falar verdade, sem indulgência, nem receio”. O Times, declaravam elas, o Times não admitia “véus”.

Era opinião do seu editor que, “nas circunstâncias do caso, a publicidade constituía o meio de cura indispensável”. Embora chegassem a dizer que “o exército devia linchar o correspondente do Times”, embora o príncipe consorte o apodasse de “miserável libelista”, embora o presidente do Conselho dissesse, no *Foreign Office*, que “três batalhas campais, ganhas pelas Inglaterra, não a restituíam do dano” causado pelas correspondências e editoriais daquela folha, o Times não variou de rumo, de atitude e de franqueza até o termo da luta do Reino Unido com o Império russo.

Sabeis com que resultados, senhores? A Câmara dos Comuns acabou por mandar abrir, em 1855, um inquérito sobre a situação do exército em Sebastópol. O gabinete caiu demolido pela campanha do terrível órgão londrino. As mais eminentes autoridades militares declaravam, afinal, que ele, “narrando com fidelidade ao público os padecimentos da tropa, salvara o resto do exército inglês”. O governo da Rainha Vitória, pela voz de Gladstone, agradeceu a Delane “o valioso apoio” (palavras suas), “o valioso apoio” do Times, subscrevendo, sem reservas, o princípio, seguido por ele, de que “nunca se deve encobrir ao público circunstância alguma, quaisquer que sejam os inconvenientes de sua divulgação”.

O EXEMPLO NORTE-AMERICANO

As circunstâncias da guerra puseram o nosso oficialismo em declarado *flirt* com os Estados Unidos. Mas este namoro de conveniência, felizmente seguido com simpatia pelas sinceras inclinações do povo brasileiro ao norte-americano, não é, da parte dos nossos homens políticos, uma aproximação, que se inspire no conhecimento da grande nação, cujas instituições imitamos nas aparências exteriores, ignorando-as de todo no seu espírito e realidade.

Se a política brasileira tivesse notícias exatas da política americana, para lhe merecer a estima, diligenciará parecer-se a esse alto modelo, não nas feições desagradáveis, de que ela tem consciência confessa, nos vícios, de que tudo envida por sarar, mas nas virtudes sérias e grandes, de que nutre o mais justo orgulho.

A verdade antes de tudo, senhores. Não quero, nem quereria nenhum de vós, que o Brasil viesse a ser o símio, o servo, ou a sombra dos Estados Unidos. Não acho que nos devamos entregar de olhos fechados à sua política internacional, se bem haja entre ela e a nossa interesses comuns bastante graves e legítimos, para nos ligarem na mais inalterável amizade, e nos juntarem intimamente em uma colaboração leal na política do mundo. Tal o meu sentir, de ontem e amanhã. Assim o espero com a segurança de quem não cede a impulsos, mas a convicções amadurecidas em dezenas de anos de estudo constante daquela incomparável democracia e seu papel na evolução contemporânea.

Quanto em mim caiba, estarei sempre disposto a concorrer para a mais sincera, a mais estreita e mais prática amizade entre os dois povos, sem dano das outras, que também nos são mui caras e, cada qual ao seu aspecto, não menos indispensáveis.

Quaisquer, porém, que sejam as divergências admissíveis quanto à maneira de ver daquela nação extraordinária a respeito de problemas internacionais, não vejo, no tocante à política interior, isto é, no tocante às instituições que não são comuns, não vejo, torno a dizer, como uma República americana possa olhar com desdém a superioridade republicana da maior, da mais robusta, da mais vivaz das Repúblicas modernas. Os Estados Unidos não são o país do *dollar* e do *bluff*, a terra da vaidade e da megalomania, que alguns observadores hábeis e interessantes, mas apressados e superficiais, nos têm pintado.

Não há nenhuma democracia de mais vida, nenhuma Constituição mais admirável, nenhuma opinião pública mais realmente soberana que as daquela maravilhosa nacionalidade, cuja vocação evidente no plano de evolução cristã do gênero humano lhe assegura destinos análogos, em poder e esplendor, em utilidade e grandeza, aos dois maiores impérios civilizadores que o globo tem visto, desde o de Roma até o da Grã-Bretanha, desde o que deu ao mundo os códigos eternos do direito privado até ao que o dotou com as instituições hoje universais, da liberdade e do sistema representativo.

Aquela nação, entretanto, senhores, tem experimentado a corrupção política numa escala tal, que só a intensidade sem par das energias poderia comportar sem arruinamento ou degenerescência das qualidades essenciais.

Mas, senhores, o que sobressai nos Estados Unidos, não é a extensão das aberrações observadas nos costumes do seu regímen. Não, senhores. Não é isso, mas as incomparáveis forças de resistência e eliminação, de preservação e revivescimento, com que o seu organismo, tão gigantesco na vitalidade quanto na grandeza, reage de contínuo, sem se decompor, nem abater, contra os vícios que o ameaçam.

Esses vícios enxameiam ali como os produtos malignos da exuberância do solo e das excitações do ambiente numa selva tropical. Recearíeis que essa vida subalterna e daninha acabasse dominando a redondeza, e submergindo na inundação da vida parasitária a grande vegetação dos arvoredos. Mas o próprio hálito da floresta a saneia. A sua sombra mesma a limpa das vidas rasteiras, que lhe rojam pelo chão, e um trabalho de reconstituição irresistível dia a dia vai renovando, na brenha, a multidão frondejante, agigantando os colossos da mata, e alentando-a para contar os séculos de sua duração ulterior pelos numerosos anos do seu primeiro crescimento.

Conheceram os Estados Unidos a corrupção desde a idade dos patriarcas, desde as administrações de Washington, Adams e Jefferson. Os depoimentos do tempo da guerra civil sobre a dilapidação, o negociismo e a furacidade nas pastas militares durante o governo de Lincoln dão a ideia de “uma enchente de corrupção, que alagava o país, e subvertia o senso moral do povo”.

Calcula-se que, das despesas totais da União durante a luta separatista, uma quarta parte eram de caráter fraudulento e criminoso. Em 1862, no Michigan, uma violenta moção, adotada pelo Congresso do Estado, exige, para os ladrões públicos, para os salteadores do Tesouro, a instituição da força. Com as duas administrações do General Grant o devorismo administrativo chega à preamar, De 1868 a 1871 irrompe, com o Tweed Ring, “o escândalo que mais fez pelo descrédito da democracia americana”.

Em Nova York, a maior das capitais americanas, tamanha chegou a ser outrora a corrupção política que a Assembleia Municipal obrigou os seus membros a tomarem, por juramento, o compromisso de não venderem os seus votos.

Não há muito que o Dr. Albert Shaw denunciava, na *Reviews of Reviews*, o regímen ferroviário dos Estados Unidos como um sistema de malversação geral, em que uma oligarquia de plutocratas absorve a nata da produção do país, embolsando sornateiramente centenas de milhares de milhões de dólares.

Lincoln Steffens, autor de dois livros tremendos, *A Vergonha das Cidades* e *Luta pela Democracia* (*Self Government*), brada, à boca cheia, que já não há, nos Estados Unidos, “governo do povo pelo povo para o povo, mas o governo do povo pelos velhacos, para os ricos”. Ao mesmo tempo, os melhores

observadores estrangeiros, com os quais estão de acordo as melhores autoridades americanas, acusam os partidos e os seus costumes, naquele país, “de anularem a ação política dos indivíduos por um modo mais completo do que o das piores aristocracias, e realizarem, pelo despotismo dos mandões políticos (*bosses*), a tirania dos capitalistas”.

Mas, diante de tais chagas, como se houveram, como se têm havido, como continuam a se haver os partidos, os homens e os jornais de responsabilidade? Queriam, ou querem, porventura, como aqui se está querendo, que se entrecerrassem as janelas à luz, para deixar a imoralidade a seu gosto, com pretexto de não se desacreditar o país?

Não, senhores, pelo contrário. O que se tem feito sempre, nos Estados Unidos, é investir sem piedade contra esses desaforos, e entregá-los a uma publicidade inexorável.

A comissão nomeada em 1862, para conhecer das irregularidades encontradas na pasta da Guerra, conclui o seu relatório declarando haverem-se descoberto “fraudes impudentes e gigantescas no governo”, confessando-se “acabrunhada de assombro e tristeza com as revelações apuradas”, mas opinando que “a um povo livre não se deve ocultar coisa alguma do que tão intimamente o interessa”.

Na convenção republicana do Estado de Nova York, em 1876 uma das mais nobres figuras da política americana, George William Curtis, desfralda aos ventos a bandeira da verdade, como a da salvação pública.

A linguagem clara é a melhor — diz ele. As corrupções descobertas da administração pública em todos os sentidos que acabam de culminar, por último, na peita do ministro da Guerra, por ele mesmo confessada, a tendência incessante dos funcionários e agentes administrativos, neste país, a prostituírem, de contínuo e a todo o custo, aos seus interesses pessoais, as organizações dos partidos, têm suscitado por toda a parte apreensões entre os amigos do governo livre, sobressaltando, ao mesmo tempo, e assustando a massa honesta do Partido Republicano.

O ministro da Guerra, a que aludia Curtis, era o General Bellenap, em cujo processo de responsabilidade por concussão, um dos americanos mais conhecidos pela inteireza puritana do seu caráter, o senador Hoar, funcionando como agente da acusação, reuniu alguns dos exemplos mais graves e inquestionáveis de corrupção naquela terra em uma passagem memorável nos anais da eloquência americana.

A minha vida pública — dizia ele — muito curta e insignificante, mal excede a duração de um termo do mandato senatório. Mas, neste breve período, vi eu postos fora dos seus cargos cinco juizes de um alto tribunal dos Estados Unidos por ameaças de processo como prevaricadores ou venais. De lábios amigos ouvi cair sobre nós o labéu de que, quando os Estados Unidos se apresentaram no Oriente, para tomar parte, com o mundo civilizado, em uma generosa competência das artes que os alimentam a vida, o único produto das instituições deste país, no qual se avantajava ela a todos os demais, era a sua corrupção. No Estado que a todos os outros da União sobreleva em poder e opulência, vi quatro juizes dos seus tribunais responsabilizados por venalidade e o governo da sua capital reduzido à ignomínia e convertido em fábula do mundo. Vi o presidente da comissão de guerra na Câmara dos Representantes, hoje membro distinto desta corte, levantar-se da sua cadeira, e requerer a expulsão de quatro dos seus colegas, por haverem posto à venda a sua autoridade na seleção dos jovens admissíveis como alunos em a nossa grande escola militar. Quando se concluiu essa via férrea, a maior do globo que unificava este continente, e põe em contato os dois grandes mares cujas ondas lavam as nossas costas, vi o triunfo e a exultação nacionais mergulhados em amargura opróbrio diante dos pareceres unânimes, onde três comissões do Congresso, na Câmara e no Senado, mostraram como na execução daquele grandioso cometimento reinara passo a passo a fraude. Tenho ouvido assoalhar, nas mais altas regiões, por homens encanecidos na política, a impudente doutrina de que o verdadeiro caminho para alcançar o poder, na República, é corromper a nação por meio dos cargos instituídos em seu proveito, e de que o verdadeiro objeto do governo, uma vez obtido, consiste em obedecer ao egoísmo, saciar a ambição, e servir às vinganças pessoais. Tenho visto a suspeita seguir o rasto até aos auxiliares do Presidente, até aos homens de sua confiança. São fatos estes, que a história já recolheu.

Tais as palavras, com que, no Senado americano, desvendava as úlceras da política de sua terra, da sua administração, da sua justiça, o honesto republicano, cuja carreira parlamentar mediu trinta e cinco anos de extensão; que com essa mesma energia de 1876 soube verberar, em 1902, a política do seu país nas Filipinas, como a verberou, ainda, na questão do Panamá, e que, a poder de veracidade e independência, granjeou, nos Estados Unidos, o nome do modelo das virtudes do homem público entre os estadistas do seu tempo.

É que por homem público, ali, não se entende o que em certo outros países como esse, muito nosso conhecido, no qual um senador, saindo em terra, na capital de um dos Estados por onde passava, com duas mundanas pelo braço, que levava de bordo como respeitáveis senhoras, as apresentava a um jornalista, que de caminho encontrou, dizendo-lhe:

– Apresento-lhe duas colegas nossas.

– Como assim?

– Mulheres públicas... homens públicos..

Natural era que nessa estima tivesse os homens públicos de seu país, que os considerasse como a metade complementar das mulheres públicas, o cabotino graduado, a quem não repugnava andar pelas ruas de sua terra, a cara descoberta, entre duas messalinas, de braço dado a uma e outra.

Mas, geralmente, nos países cristãos, a noção do homem público não é a do indivíduo de casa aberta à prostituição d'alma como à do corpo as vendilhoas de prazeres sexuais. Aí, o homem não é público, vendendo-se a todos, mas velando por todos, trabalhando no serviço de todos, consagrando-se à honra de todos, fazendo a todos o sacrifício do seu tempo, da sua inteligência e da sua vida.

Como tal, o homem público é o homem da confiança dos seus concidadãos, o de quem ele esperam a ciência e conselho, a honestidade e a lisura, o desinteresse e a lealdade; é o vigia da lei, o amigo da justiça, o sacerdote do civismo. Não pode ser o composto de uma tribuna e uma alcova, de uma escola e um balcão, de uma pena e uma gazua, de uma consciência e uma máscara. Só assim estará na condição de inspirar fé aos seus conterrâneos; e, se na fé consiste a crença, na fé a segurança, na fé a salvação, ninguém põe a sua fé senão onde tenha a convicção de se achar a verdade.

Logo, senhores, se o homem público há de viver na fé que inspirar aos seus concidadãos, o primeiro, o maior, o mais inviolável dos deveres do homem público é o dever da verdade: verdade nos conselhos, verdade nos debates, verdade nos atos; verdade no governo, verdade na tribuna, na imprensa e em tudo verdade, verdade e mais verdade. Pois, senhores, a política brasileira, e, em especial, a política baiana de hoje, inverteu esse princípio elementar. Em lugar de verdade, verdade e mais verdade, mentira, mentira e mais mentira: só mentira, mentira e mentira. Mentira nas instituições. Na administração mentira. Na tribuna e no telégrafo, e nos jornais, mentira, rementira e arquimentira.

Ai do que não aceitar a libré desta servidão ignóbil! Como esses terríveis esqualos, cuja voracidade assombra os mares, o monstro melindrado contra ele volverá todos os incisivos dessa múltipla dentadura, de que a natureza dotou aquela espécie carniceira. Desde o mexerico e a mentirola até os mais graúdos maranhões, as novelas mais desabaladas e as calúnias mais sanhudas, mais insolentes, mais negras, tudo se multiplicará, borbulhando em fervedouro deredor do infeliz, que não sabe acomodar-se ao sistema da embusteria, da intrujice e da burla consagradas. Convertem-lhe nos seus contrários as

qualidades mais evidentes: o talento em estupidez, a honradez em improbidade, a pureza em devassidão. Inteligência? Será um burro. Ciência? Um analfabeto. Honestidade? Um ladrão. Cidadão, filho, marido, pai de família reconhecidamente exemplar? Um canalha. Um parricida. Um devasso. Um crapuloso.

Já se ao menos esse forjar da mentira ao sol em pino corresse por conta particular dos que lhe batem a moedagem, e a põem em giro. Já se o seu despejo se contentasse com desmentir o adágio de que moeda falsa de noite passa, com exercer à luz do dia o seu mister de falsários, com falsar à claridade meridiana pesos, medidas e moedas, com citar de falso, trucar de falso, arguir em falso, e testemunhar falso, não a meio rosto, mas cara a cara, entrando em desafio rasgado com a verdade notória e conhecida por tal. Já se não passassem daí os excessos, desatinos e tresvários da impudência, muito, mais que muito e muitíssimo seria, para que lho tolerassem, onde quer que algum traço restasse do respeito do homem a si mesmo, do hábito de se reagir contra o crime ao menos nas suas insolências.

O mais grave, porém, é que além desse mais que muito, desse muitíssimo, desse muito e muito, ainda vão eles mui muito e muitíssimo mais longe, entregando-se de bandeiras despregadas a esse descaradíssimo, nojosíssimo e perniciosíssimo sistema de falsificação pública, de falsificação ostentativa, de falsificação em aberta orgia, entregando-se a ele por conta dos governos, por conta da nação, por conta do povo, à custa de cujo suor, de cujas contribuições e de cujo dinheiro se pagam os estipendiários da maior das torpezas, os desonradores da mais nobre das profissões, os mercadeiros da mais ignóbil das mercaturas: os vendedores da imprensa ao poder.

Essas casas de prostituição intelectual estariam todas fechadas se lhes não valessem as chaves do Tesouro Nacional, dos tesouros estaduais, dos tesouros municipais que fazem todas naquelas fechaduras tão à justa quanto nas dos cofres públicos, de que deviam ser guardas, e são gazua, para os despejar e recheiar do seu conteúdo as arcas desses estafadores privilegiados.

O público não lhes merca os esqualidos produtos. Ninguém desperdiça os seus níqueis em tão vis alcaides. São as administrações públicas as que lhes custeiam a produção. Muitos desses alcoices não se abrem senão para o consumo desta clientela, tão subida no grau da posição, quanto rebaixada na vilania do abuso. Mas apenas se alistam na vida airada, e se dão a conhecer, ao mesmo passo que a freguesia limpa os evita, logo os vai buscando a clandestina concubinação do erário, e daí a nada mais uma impudência se esgargala no meretrício da mentira subvencionada, mais uma pécora começa a criar banhas, suar falsidades e vomitar eructações prostibulares ao serviço da República, do Estado, ou das municipalidades.

A consciência popular, mãe dos adágios, não ignora a regra de que quem mal vive, por onde peca, por aí se castigue. Por isso as castiga no bolso, negando-lhe os suspirados tostões. Mas que monta o cobre do povo a quem, com o perder, por isso mesmo ganha o ouro das administrações endinheiradas? Com a sombras destas, a seu soldo e sob as suas ordens, se instauram, chamando-se jornais, esses armazéns, essas fábricas, esses teares da mentira, onde noite e dia se urdem e tramam, se recamam e bordam, se estampam e marcam, se negociam a retalham, se expedem e distribuem à circulação da mais baixa curiosidade perfídias, vilanias, escândalos, horrores, tudo, em suma todo quanto possa alimentar a indústria da falsidade, o comércio da intriga, a desprezível arte da vilipendiação, o ministério professo de adulteração da verdade.

Esses almocreves de petas, esses recoveiros de maranhas, esses mascates de aleives, esses atacadistas e varejistas da mentira, ninguém os conhece melhor do que os que os assalariam, do que essas administrações desbragadas, uma de cujas mãos entra sorratamente nas arcas do erário, para as desvalijar do que com a outra metem nas algibeiras à imprensa corrompida.

Bem sabem esses governos que tudo mente num tal sistema. Mentem eles quando compram esses instrumentos. Mentem esses instrumentos quando se lhes vendem. Mentem vendidos e vendedores, compradores e comprados, vendendo aos consumidores das suas drogas, aos leitores dos seus escritos, por verdadeiro o que à légua sabem uns e outros ser absolutamente falso. Mentem eles todos uns aos outros, a si mesmos estão mentindo, e ao público não cessam de mentir com as suas notícias e o seu fraseado, com os seus assertos e as censuras, as suas indignações e severidade. Mentem no que asseveram e no que negam, no que inculcam ou ocultam, no que acusam, ou advogam. Ainda calando, ainda omitindo, ainda se abstendo, continuariam a servir à mentira; porque abstenções, lacunas e silêncio, tudo se merca e paga, tudo se apreça e contrata, matéria de compra e venda é tudo.

Essa gente, industriada em denegrir, a expensas do suor dos contribuintes, aos brasileiros incorruptos, em lambar com servis adulações as mãos do peculato, que a engorda, em cobrir com vernizes e doiraduras as mais abjetas ações dos poderosos, que a sustentam, é a que não tolera às almas ainda limpas as asperidades da revolta contra o mal, os rigores e franquezas da verdade.

Havemos de nos inscrever todos na mesma cumplicidade com a podre oligarquia, que nos submerge em opróbrio. Havemos de nos mancomunar unânimes com os usufrutuários da putrescência constitucional, que desnatura a nossa nacionalidade. Havemos de transportar à política brasileira a filosofia dos antigos putredinários, reverenciando na podridão uma das colaboradoras da

Providência na renovação dos entes criados. Havemos de renunciar ao próprio olfato, desenvolvendo em nós uma anosmia voluntária, para não sentir os miasmas do podreiro, cujas exalações, atravessando o oceano, já nos têm denunciado, na Europa, aos auditórios de industriais, negociantes e capitalistas, como o mais corrompido governo e o povo mais corrupto da terra.

E bem, senhores? Não tereis vós mesmos ouvido, todos quantos me estais escutando, esses pregões de vilipêndio, cujos brados, contra nós, de quando em quando, se lançam e ressoam além-mar, no velho continente e neste, entre banqueiros e comerciante entre prestamistas e financeiros, entre associações, empresas e sindicatos, que, tendo empregado o seu dinheiro e crédito em negócios brasileiros, nenhuma conveniência poderiam ter em nos marear a reputação, em nos promover o desconceito, em fomentar, assim, a baixa dos valores, onde trazem aplicados os seus capitais e envolvidos os seus interesses?

Pois quê! esses homens de negócio, esses especuladores em títulos nossos, esses administradores de concessões públicas, de explorações mercantis, de estabelecimentos industriais no Brasil, esses detentores de papéis de crédito da União, dos nossos Estados ou dos nossos municípios, em vez de recomendarem as suas mercadorias, animando a procura dos valores com os quais comerciam, tão sem acordo e tino andam, que vão ser os primeiros a despreçá-los no mercado, a lhes afugentar os compradores, a combalir a segurança dos seus próprios cometimentos, as condições de sua prosperidade, a indispor-se com o governo de cuja autoridade e com o povo de cujo concurso tanto dependem?

Já se vê que não. Se contra o que claramente lhes seria de toda prudência, a tais liberdades se abalançam, é que no próprio campo dos seus legítimos interesses palparam uma realidade indissimulável, e deixam as cautelas de parte, levados além de tudo o que poderiam tolerar calados, por se tratar de casos, nos quais, ainda quando não pudessem cumprir o dever de lealdade para com os seus constituintes, menos que correndo todos os riscos, mais valeria corrê-los, do que faltar à fé, e cair da honra, colaborando num silêncio de cumplicidade.

Se das severidades em que, destarte, incorre o governo, alguma parte resvala até o povo, é que o siso de todos os observadores sensatos, de todos os espectadores desinteressados e inteligentes, de todos os bons juízes deparáveis entre criaturas pensantes se recusa a conceber que no seio de uma nação moralizada se sucedam sem resistência e transmitam pacificamente o poder umas às outras administrações empapadas em desonestidade, sem que à conveniência pública se enseje, mais dia menos dia, algum meio de se desapressar das nojosas tiranias da corrupção.

São coisas, que entre nós se admitem, por estarmos atreitos a vê-las, mas que, fora daqui, não se vendo nunca, a ninguém se antolham possíveis. Tais

raridades morais, é necessário, sentindo-as com os próprios sentidos, experimentá-las diretamente, para lhes cogitar na possibilidade. Quem as não viu, não as crê.

Mas por que será que a tão altas vozes tais coisas de nós se têm dito no estrangeiro e contra nós por ali correm mundo? Será porventura que os delatores de semelhantes vergonhas lhes hajam bebido a notícia na grita das oposições, e, meros ecos de atoardas caluniosas, as revendam como lhas venderam, sem exame e pela toada?

Bem se está vendo que não. Deu-lhes o cheiro a eles mesmos, e pelo faro seguiram no rasto das coisas. Escutaram com os próprios ouvidos. Viram com os seus olhos. Tiveram nas mãos contas e algarismos, papéis e documentos, os mais dos quais não seriam de publicar. Falam, em suma, de espécies, nas quais são testemunhas diretas, preventivas, oculares, habilitadas a saber de raiz, interessadas em conhecer deveras, obrigadas a não falar senão ao certo.

Ora, isto suposto, senhores, quem é que subministra, no interior e no exterior, as más notícias do Brasil, aos que dele mal julgam, mal dizem, e escrevem mal os dados acusadores?

Pois então, se, quando nós arguimos os nossos costumes políticos e administrativos de corrupção ou imoralidade, não falássemos verdade segura e sabida, não tivéssemos por nós a realidade evidente e notória, esses argentários estrangeiros, esses administradores estrangeiros, esses elementos da opinião conservadora aqui e no estrangeiro, iriam bandear-se com as oposições, a que nenhuma comunhão de interesses os liga, para as servir na divulgação de caprichosas falsidades, inimizado-se com as administrações de boa nota, em quem os seus direitos não houvessem encontrado agravos, e debaixo de quem os seus interesses prosperassem com o prosperar geral dos do país? Essas vozes, conservadoras e práticas, ordeiras e desinteressadas em nossas contendas intestinas, vozes de elementos que, pelo mundo todo, puxam, de sua natureza, para o governo e o princípio da autoridade, — essas vozes emanam da experiência dos que as levantam, e surgem do seio de interesses honestos, conculcados ou maltratados nos seus direitos. São, portanto, a linguagem dos fatos, conhecidos e maneados por quem melhor os podia manear e conhecer, interpretados e arguidos por quem mais sobre seguro os poderia entender e arguir.

São homens que, postos em contato com a pública administração pelos vínculos regulares da sua dependência, pelas relações naturais dos serviços, em que presidem, com as autoridades centrais, estaduais, ou locais, trataram amiúde e de perto ministros, governadores, intendentos, senadores e deputados, frequentaram as secretarias, palmilharam os corredores dos congressos,

conheceram os corretores administrativos ou parlamentares, viram jogar o mistério dos bastidores nos negócios do poder, e se pronunciam como quem sondou as coisas na surgente de suas causas, no íntimo dos seus segredos, no mais certo das suas realidades.

Se, pois, é destas que nascem, e com elas que se autorizam essas queixas, essas acusações, esses libelos tremendos, em que, de longe a longe, irrompe contra nós a verdade nos círculos comerciais, financeiros ou monetários de um e outro continente, nada levam de novo à opinião estrangeira as revelações do nosso jornalismo, as indiscrições da nossa tribuna, as veemências de linguagem da nossa oposição contra os desmandos, atentados ou escândalos oficiais no Brasil.

Na ciência de tudo isso andam os estrangeiros que têm negócios conosco, mais correntes do que nós mesmos, quando bem informados. Do concurso desses averiguadores interessados na exata elucidação da verdade, resulta uma sindicância constante, uma inquirição espontânea, um rigoroso conhecimento das circunstâncias mais miúdas e dos mais secretos incidentes da nossa vida, até onde possam interessar o juízo dos outros povos sobre o caráter, a civilização e o governo do nosso.

As oposições brasileiras, portanto, não vendem, nem podem vender bulas falsas ao estrangeiro acerca do Brasil. Em mentindo, não iludirão a vigilância desse tribunal permanente. Em falando verdade, por muito acerba, cruel e desabrida que seja ela, na substância ou na expressão, bem fora de rebaixar a nossa nacionalidade, não servirá senão para a honrar no conceito das outras, mostrando-lhes que a sociedade brasileira, a opinião brasileira, a consciência brasileira não morreram, e reagem, ao menos intelectual e moralmente, contra os cancros da nossa política, da nossa administração e do nosso governo.

Quem subministra, pois, elementos de descrédito do país, não são os cauterizadores do mal, senão os seus autores; não são os que expõem o mal à luz e ao ar, para lhes dar cura, mas os que o querem ter em abafos, para lhes dar vida; não são os que, discutindo o mal, mais cedo ou mais tarde sabido sempre, apenas, com a publicidade na censura, infligem aos abusos dos governos e às mazelas dos seus cúmplices a correção peculiar à natureza pública da sua situação e dos seus atos. Não, não são esses. São os que, a pretexto do bem e decoro geral, somente buscam no silêncio, porque instam, o cômodo e abrigo das suas cobiças e ambições.

Tem cabelos brancos o anexam, velho e revelho, onde a sabedoria dos nossos maiores nos ensinava que em pessoa de cetro não há vício secreto. Só os monarcas eram então pessoas de cetro; e, com serem, como eram, absolutos, já os seus humildes vassallos não lhes admitiam mancha, que se não descobrisse. Que fará nas democracias de hoje? Que não será nos regimens, onde se

proclama a soberania do povo? Aí as pessoas de cetro são todas as que têm o mando nos negócios comuns, desde o chefe do Estado até os eleitores, desde os legisladores até os juizes, desde os tribunos até os jornalistas. O poder não é um antro: é um tablado. A autoridade não é uma capa, mas um farol. A política não é uma maçonaria, e sim uma liça. Queiram, ou não queiram, os que se consagraram à vida pública, até à sua vida particular deram paredes de vidro. Agrade, ou não agrade, as constituições que abraçaram o governo da Nação pela Nação, têm por suprema esta norma: para a Nação não há segredos; na sua administração não se toleram escaninhos; no procedimento dos seus servidores não cabe mistério; e toda encoberta, sonegação ou reserva, em matéria de seus interesses, importa, nos homens públicos, traição ou deslealdade aos mais altos deveres do funcionário para com o cargo, do cidadão para com o país.

Acabarem os povos não menos que como acabam os enfermos desenganados, ignorando o de que padecem, o que os ameaça, o em que estão na contingência de morrer, boa lei será para a moral dos tiranos e dos escravos. Mas as raças chegadas à maioria e não resignadas à tutela dos interditos não se educam para o governo de si mesmas, senão examinando, sabendo e discutindo tudo. Aí, por agros e amaríssimos que sejam os assuntos ventilados, quando a verdade exige, muita vez se perderá por carta de menos, mas por carta de mais não há perder nunca.

Quanto mais robusta uma nacionalidade, mais largos os seus costumes no exercício desse direito. É um dos sintomas, por onde melhor se revela, em qualquer comunidade, a sua boa saúde moral. As que não suportam com serenidade a discussão dos escândalos públicos, e não reconhecem o civismo dos que, para os desmascarar, se afrontam com o poder, o dinheiro, a soberba dos grandes, ainda bem longe se acham dessa autonomia, em que se lhe embala a vaidade.

Se nisto erro, se esta não é, realmente, a verdade certa e sem engano, morrerei então, já não há remédio, morrerei na ignorância dos meus deveres mais elementares. De todos eles, com efeito, o em que, desde o meu balbuciar na vida pública, tenho levado a mira, é nesse: não transigir com a força, o poder, ou o escândalo; falar dos crimes públicos tanto mais alto, quanto mais graduados sejam; romper com mão intrépida o sigilo, onde se encovam os vícios cortejados; trocar todos os cômodos pelos riscos de ser o missionário da verdade, quando em torno dela tropeia, de arco e flecha, na selvagem dança dos aborígenes da república brasileira, a sanha dos nossos civilizados, os barbarizados da política nacional, os autores do retrocesso moral do Brasil e da estupenda ruína da Bahia.

Toda a vez que a imprensa ou a tribuna me solicitam, que para elas me atrai a corrente desse fluido irresistível na direção dos atos de minha vida, sempre se

me formula dilematicamente o problema da minha atitude nestas duas alternativas: acamaradar-me com os dissimuladores das situações em que os interesses individuais conspiram contra o bem público? ou servir a todo o transe o bem público, embora ire, arme e junte contra mim os interesses particulares? Por outra: amortecer a consciência sedenta de verdade com o sussurro das conveniências, sempre à mão dos nossos apetites e, a pedir por boca, ao alcance de todos eles? ou pôr a verdade e a consciência acima de qualquer consideração menos alta, dê no que der, suceda o que suceder?

Eis a questão. Eis o dilema. Ser, ou não ser. Ser ou não ser pelos mandamentos de Deus. Ser homem, ou animal. Ser espírito, ou coisa. Ser coração, ou ventre. Ser vontade, ou instrumento. Ser da minha pátria, ou da minha algibeira. Ser do Brasil, ou dos que o exploram. Não o “ser ou não ser” do monólogo de Hamlet, o ser ou não ser entre dois mistérios insondáveis. Mas o ser ou não ser entre duas soluções simples, ambas igualmente acessíveis à descrição humana, o ser ou não ser da lei, que já fulgurava nas tábuas do Sinai: Não levantarás falso testemunho. Isto é, senhores: Não mentirás.

A solução, pois, não era das que trazem atalhados e suspensos os grandes entendimentos. Quem quer que a quisesse, a tinha à mão de semear. Era a solução da obediência. Da obediência ao sumo preceito: não mentir. Era muito fácil. Jurei a mim mesmo essa obediência, e nunca tergiversei na lealdade a esse compromisso. Toda a minha vida pública se resume neste lema: não mentir.

Para não mentir ao Império, levantei-me contra a política, em que ele teve a sua sepultura. Para não mentir à República, organizei-lhe o regímen nessa Constituição, onde ela teria as garantias de sua realidade, se a quisessem observar. Para não mentir à Constituição, lutei, desde os Florianos até aos Hermes, contra os que a ignoraram, a corromperam, a estragaram, a destruíram. Para não mentir aos país, tenho adotado por norma da minha linguagem essa independência e intransigência, que me converteram no alvo dos ódios da máquina republicana. Para não mentir aos meus próprios votos de não mentir, magôo, desgosto, e, muitas vezes, me inimizo com as próprias causas, por cujos mais elevados interesses me abnego, e sacrifico.

Amizade, amor, não os sei entender senão como no-los dita a natureza melhorada, nas lições divinas: Quos amo, arguo et castigo. A quem amo, advirto e corrijo. Não sei praticar de outro modo o verdadeiro bem-querer. Assim pratico o dos a quem mais amo. Assim tenho praticado o de meus filhos. Assim praticaria hoje o de meus pais, se o Senhor me houvesse dado a graça de os ter comigo, numa idade em que meu juízo pudesse medir forças com os deles. Quos amo, arguo et castigo.

Concordar e amimar nada custa. Contradizer e aconselhar, isto sim. Amantes nunca dissentem um do outro. Mas esposos, que não se saibam contrariar e advertir, é que não se sabem amar. É o que vai do amor lícito ao ilícito, do amor puro ao impuro, do mundano amor ao amor santo. Um, todo carne, todo culpa, nasce do apetite, nele se ceva, e com ele acaba. Por isso é só blandícias, lisonja só e só mentira todo ele. O outro deriva do coração, e no espírito se acendra, pelo que vive de sinceridade, zelo e devoção, e todo ele é fé e confiança, todo estima e desvelo, todo escrúpulo e verdade. Esta a condição do amor casto, do amor fiel, do amor consagrado: o amor dos pais, o amor dos bem-casados, o amor da pátria, o amor de Deus.

Querem, agora, os que o não entendem, nem de o entender são capazes, fazer do amor da pátria um amor de impureza, o amor concubinário, amor de adulação e falsidade: amor dos sentidos, amor de alcova, amor de comércios clandestinos e hábitos cortesãos, amor de cobiça, imoralidade e ruína.

No pervertido sentir desses homens, a pátria não é a mãe adorada pelas suas virtudes, a imagem do pudor, e da nobreza e da honra no coração de seus filhos, a imaculada e inodoável, aos olhos deles, no seu respeito, idolatria e orgulho. Não. É a corrupta, a quem se desfrutam encobertamente os vícios, mas de que uma convenção hipócrita nos obriga a celebrar em público melindres, pudicícias e santidades.

Este sistema, que constitui a essência, a quintessência, a ultra-essência da mentira, lhe dá uma organização análoga a uma dessas indústrias de duas caras, com uma das quais se exerce o comércio honesto, com a outra um tráfico vil e obscuro. Com o rosto que olha para a rua, a mercancia honrada. Com o que diz para os fundos, a pudenda. Na seção reservada, um prostíbulo. No lado aparente, uma catedral. Ali os desvãos íntimos, os esconderijos seguros, as ladroeiras bem amuradas, onde se acoita o suborno, a dilapidação e o peculato, onde a política e a administração, à puridade, se entregam a todas as ignomínias do mau viver. Aqui, os salões, as galerias, os anfiteatros da comédia dramatizada, onde os mesmos atores daquelas cenas declamam e representam as da honestidade.

Os mesmos homens não de fazer, sucessiva ou simultaneamente, esses papéis inconciliáveis. Os representantes do povo, que se venderam ao poder, os negociantes, que sem profissão alguma enriqueceram dos seus votos nas comissões, dos seus discursos na tribuna, das suas corretagens nas secretarias, ou dos seus atos no governo, os *arrivistes* e parvenus, os *nouveau-riches* ou *profiteurs* do tráfico republicano, esses a quem Pinheiro Machado chamava “os gaviões de penacho”, querem ver-se acatados, querem que se lhes guarde reverência, querem que não lhes zunam pelas orelhas as pedradas, quando assomam ao proscênio, engravatados na solenidade convencional, entoando

epitalâmios e cânticos virginais à democracia sem mancha, em cujas entranhas se geram prodígios tais de civismo e austeridade.

Eis a encenação, o palco, a rampa alagada em luz, as gambiarras acesas a *giorno*, enquanto, para lá dos tangões donde caem os bastidores, fervilham, nos camarins, os mistérios galantes da vida real desse teatro na sua realidade. E, pela frente, nas poltronas de orquestra, nas cadeiras de estofa, nos lugares privilegiados, os críticos d'arte, organizando a claqué do entusiasmo, estafam os prelos não em gabar os talentos cênicos dos grandes histriões, mas em meter nos cascos aos paturebas da platéia e torrinhos que não estão diante de um tablado, mas de um governo, de uma República, de uma democracia; que as personagens do espetáculo não são comediantes de chapa, mas varões ilustres, e que essas figurarias, essas embusterias, essas truanias deslavadas não constituem imposturas de um Guignol do gênero mais desacreditado, mas rasgos de seriedade, episódios da história honesta, verdadeiros lanços do serviço nacional.

Mas por que ir assim de encontro à evidência das coisas? Pelo amor d'arte, natural aos homens d'arte? Bem pode ser. Arte será tudo, e tudo serão artes. Os administradores que *ladripam* ou *ladroam* do Tesouro Público, para assalariar escritores, ou os escritores que embolsam tão vil salário, para embutir à opinião pública o contrário do que sentem, são artistas das mesmas artes: a da corrupção e a da impostura. Furtam uns e outros ao público, para o trair. Uns e outros iludem o público, para o despojar.

Enquanto esses casos eram esporádicos e acidentais, enquanto, de raros que eram, mal se conheciam, enquanto a sua estranheza lhes abria derredor um círculo de repulsão geral, a imprensa defrontava os abusos do poder como um poder de correção dos seus abusos, poder temeroso e temido.

BIOGRAFIA

Rui Barbosa (R. B. de Oliveira), advogado, jornalista, jurista, político, diplomata, ensaísta e orador, nasceu em Salvador, BA, em 5 de novembro de 1849, e faleceu em Petrópolis, RJ, em 10 de março de 1923. Membro fundador da Academia, escolheu Evaristo da Veiga como patrono da Cadeira nº. 10 da Academia Brasileira de Letras.

O pai, João Barbosa de Oliveira, foi um homem voltado para os problemas da educação e da cultura. Durante anos, dirigiu a Instrução Pública de sua província. Foi ele a principal influência na formação do filho, orientando-o no amor à leitura dos clássicos e no respeito à documentação em suas pesquisas.

Depois dos estudos preparatórios na província natal, foi fazer o curso jurídico em Recife. Conforme tradição da época, transferiu-se, em 1868, para a Faculdade de Direito de São Paulo. Lá foi proposto sócio, juntamente com Castro Alves, do Ateneu Paulistano, então sob a presidência de Joaquim Nabuco. Em sessões cívicas organizadas pelo *Ateneu*, recita poemas seus. Antes do fim de seu segundo ano do curso, já era jornalista conhecido. Após a formatura, em 1870, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde iniciou a carreira na tribuna e na imprensa, abraçando como causa inicial a abolição da escravatura. Deputado provincial, e depois geral, preconizou, juntamente com Joaquim Nabuco, a defesa do sistema federativo. Convidado para ministro do Gabinete Afonso Celso, pouco antes da proclamação da República, Rui Barbosa recusou o cargo, porque este era, no momento, incompatível com suas idéias federativas. Proclamada a República, Rui foi escolhido para Ministro da Fazenda do Governo Provisório, e respondeu, durante algum tempo, pela pasta da Justiça. Eleito senador pela Bahia à Assembléia Constituinte, seus conselhos prevaleceram nas reformas principais e a sua cultura modelou as linhas fundamentais da Carta de 24 de fevereiro de 1891. Discordando do golpe que levou Floriano Peixoto ao governo, requereu habeas-corpus em favor dos cidadãos presos pelo governo ditatorial de Peixoto. Como redator-chefe do *Jornal do Brasil*, abriu campanha contra a situação florianista. Em 1893, foi obrigado a se exilar. Dirigiu-se, em primeiro lugar, para Buenos Aires, depois para Lisboa, onde alguns incidentes levaram-no a escolher Londres. Escreveu, então, as famosas *Cartas da Inglaterra* para o *Jornal do Commercio*. Foi a primeira voz a levantar-se no mundo contra o processo Dreyfus.

Restaurada a ordem no Brasil, em 1895 Rui Barbosa regressou do exílio. Tomou assento no Senado, no qual se conservaria até à morte, sucessivamente reeleito. Destacam-se os seus trabalhos na redação do Código Civil. Epitácio Pessoa, então Ministro da Justiça, havia entregue essa tarefa a um jovem jurista pernambucano, Clóvis Beviláqua. Rui se opôs à pressa com que o governo

realizara a obra. Depois de revisto por várias comissões, foi o projeto ao Senado, em 3 de abril de 1902, e Rui Barbosa escreveu, em poucos dias, o seu “Parecer”, que o levaria a uma polêmica, durante a qual sua “Réplica” se tornaria famosa. Em 1905, a Bahia levantou sua candidatura à presidência da República, mas Rui abriu mão da mesma para decidir a favor de Afonso Pena.

Quando, em 1907, o czar da Rússia convocou a 2ª. Conferência da Paz, em Haia, o Barão do Rio Branco, no Ministério das Relações Exteriores, escolheu primeiramente Joaquim Nabuco para chefiar a delegação brasileira, mas a imprensa e a opinião pública lançaram o nome de Rui Barbosa. Joaquim Nabuco recusou o lugar e dispôs-se a ajudar, com informações de toda a espécie, o trabalho de Rui Barbosa, investido de uma categoria diplomática não desfrutada até então por nenhum país da América Latina.

Seu papel em Haia foi de grande importância. Bateu-se, sobretudo, pelo princípio da igualdade jurídica das nações soberanas, enfrentando irreduzíveis preconceitos das chamadas grandes potências. Além de nomeado Presidente de Honra da Primeira Comissão, teve seu nome colocado entre os “Sete Sábios de Haia”. Os outros eram: o Barão Marshall, Nelidoff, Choate, Kapos Meye, Léon Bourgeois e o Conde Torrielli. De volta ao Brasil, interveio no início da sucessão presidencial. Apresentada a candidatura do Marechal Hermes da Fonseca, a ela se opôs, lançando-se em sua campanha civilista, de grande repercussão em todo o país. Em 21 de julho de 1910, contestou perante o Senado a eleição do Marechal.

Em 1913, fundou o Partido Liberal, sendo mais uma vez indicado para a presidência da República, candidatura de que desistiu. No ano seguinte, combateu o estado de sítio, numa série de discursos no Senado. Durante a I Guerra Mundial, tomou o partido dos aliados e produziu discursos lapidários de execração à tirania e ao imperialismo. Nomeado embaixador especial para as festas centenárias da Independência argentina (1916), pronunciou notável conferência sobre as “Modernas concepções do Direito Internacional”, definindo os deveres dos países neutros. Em 1918, o Brasil comemorou o jubileu cívico de Rui Barbosa e quase o mundo inteiro associou-se a essa consagração. Convidado pelo Presidente Rodrigues Alves para representar o Brasil na Conferência da Paz de Versalhes, recusou a embaixada, expondo em famosa carta, dirigida ao chefe da Nação, as razões da incompatibilidade. Em 1919, foi novamente levantada sua candidatura à presidência da República, e ele percorreu vários Estados, em campanha contra a decadência dos nossos costumes políticos. A vitória da campanha foi anulada pela intervenção militar. Por divergências, daí resultantes, com o Governo Epitácio Pessoa, em 1920, recusou a representação do Brasil na Liga das Nações. Dentro das comemorações do seu jubileu jurídico, como paraninfo dos bacharelados de São Paulo, escreveu e proferiu a Oração dos moços. Em 1921, foi eleito juiz da

Corte Internacional de Justiça, como o mais votado, recebendo as mais significativas homenagens do Brasil e de todo o mundo. Em 1922, proferiu o último discurso no Senado, concedendo o estado de sítio ao governo para dominar o movimento revolucionário. A notícia do seu falecimento, em 10 de março de 1923, foi comentada no mundo inteiro. *O Times*, de Londres, dedicou-lhe um espaço nunca antes concedido a qualquer estrangeiro.

Na produção imensa de Rui Barbosa, as obras puramente literárias não ocupam a primazia. Ele próprio questionou se teria sido um escritor por ocasião do seu jubileu cívico, a que alguns quiseram chamar “literário”. Num discurso em resposta a Constâncio Alves, destacou de sua obra as páginas que poderiam ser consideradas literárias: o elogio de Castro Alves, a oração do centenário de *O Marquês de Pombal*, o ensaio Swift, a crítica do livro de Balfour, incluída nas *Cartas de Inglaterra*, o discurso do Liceu de Artes e Ofícios sobre o desenho aplicado à arte industrial, o discurso do Colégio Anchieta, o discurso do Instituto dos Advogados, o *Parecer* e a *Réplica* acerca do Código Civil, as traduções de poemas de Leopardi e das *Lições de coisas* de Calkins, e alguns artigos esparsos de jornais. A esta relação, Américo Jacobina Lacombe acrescentou alguns dos discursos que Rui proferiu nos últimos cinco anos de vida, como os do jubileu cívico e a *Oração aos moços*, as outras produções reunidas em *Cartas de Inglaterra*, o discurso a Anatole France, e o discurso de adeus a Machado de Assis. A produção jornalística puramente literária, a que Rui se referiu genericamente como “alguns artigos esparsos de jornais”, daria alguns alentados volumes.

Referência bibliográfica:

Academia Brasileira de Letras - www.academia.org.br
Maio de 2014